


ESTALLIDO SOCIAL CHILENO E POÉTICA MAPUCHE COMO PRÁTICAS TRANSLÍNGUES E CONTRAPEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

CHILEAN SOCIAL OUTBREAK AND MAPUCHE POETICS AS CONTEMPORARY COUNTERPEDAGOGICAL AND TRANSLINGUAL PRACTICES

Priscila Marinho  <https://orcid.org/0000-0001-6079-6336>

Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas

Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/000295/2024

psmarinho9@gmail.com

D.O.I: <http://doi.org/10.5281/zenodo.14053016>

Recebido em 19 de junho de 2024

Aceito em 16 de agosto de 2024

Resumo: Este artigo reflete acerca das práticas translíngues e contrapedagógicas enfocando as relações tensivas que se travam entre a língua nacional e as línguas minorizadas considerando o processo histórico de consolidação dos Estados-nações. Para tanto, propiciamos análises discursivas relativas à paisagem linguística deflagrada à época do *estallido social* chileno (2019-2020), que materializa trânsitos linguísticos entre o espanhol e o mapudungun (língua mapuche), além de examinarmos a literatura mapuche contemporânea. Nosso dispositivo analítico se embasa na análise de discurso de extração peuchetiana mobilizando transdisciplinarmente discussões pertinentes à glotopolítica, ao translanguismo e à contrapedagogia. Pensando na promoção de uma educação linguística e literária crítica, nossa análise reforça a necessidade de debatermos sobre a perspectiva translíngue, presente em movimentos sociais e em poéticas historicamente marginalizadas, no âmbito do ensino/aprendizagem, com a finalidade de contribuirmos para a superação de concepções epistemológicas conservadoras que advogam em favor de uma “pureza linguística” ao focalizar construtos provenientes de situações de contato entre línguas e culturas como “interferências” e “erros”. Contemplamos, portanto, a translanguagem enquanto uma dinâmica fluida que coloca em circulação novas configurações possíveis, bem como distintos efeitos de sentido(s) no ensino linguístico e literário.

Palavras-chave: Translinguismo. Contrapedagogia. Glotopolítica.

Abstract: This paper reflects on translanguing and counter-pedagogical practices, focusing on the tense relationships that exist between the national language and minorized languages, considering the historical process of consolidation of nation-states. To this end, we provide discursive analyzes related to the linguistic landscape triggered at the time of the Chilean social outbreak (2019-2020), which materializes linguistic transits between Spanish and Mapudungun (Mapuche language), in addition to examining contemporary Mapuche literature. Our analytical device is based on Peuchetian discourse analysis, mobilizing transdisciplinary discussions pertinent to glottopolitics, translanguing and counterpedagogy. Thinking about promoting critical literary and linguistic education, our analysis reinforces the need to debate the translanguing perspective, present in social movements and historically marginalized poetics, within the scope of teaching/learning, with the aim of contributing to overcoming conservative epistemological conceptions that advocate “linguistic purity” by focusing on constructs arising from situations of contact between languages and cultures such as “interferences” and “errors”. We therefore contemplate translanguing as a fluid dynamic that puts new possible configurations into circulation, as well as different effects of meaning(s) in linguistic and literary teaching.

Keywords: Translingualism. Counterpedagogy. Glotopolitics.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é promover um debate com relação às implicações glotopolíticas (Bourdieu, 2008; Lagares, 2018; Guespin e Marcellesi, 2021 [1986]) suscitadas a partir da vinculação entre línguas e contexto sociopolítico dentro das relações de poder, observando, nesta problemática, o atravessamento de práticas translíngues e contrapedagógicas. Para materializar nossa proposta teórico-metodológica, ofertamos análises relativas ao *estallido social* transcorrido no Chile (2019-2020) e à poética mapuche contemporânea.

Entendemos que o espanhol e o mapudungun (língua mapuche) convivem tensivamente na sociedade chilena a partir de uma situação de diglossia. Como representante de uma língua hegemônica de Estado, o espanhol se vincula ao caráter monolíngue do modelo de Estado-nação que é racialmente homogêneo e unicultural. Pensar a relação entre o espanhol e o mapudungun por meio de uma abordagem glotopolítica permite observar as decisões políticas que modificam as relações sociais e que impactam as conexões entre línguas e linguagens, considerando as noções de monolinguismo, multilinguismo e translanguismo que atravessam as vinculações entre línguas hegemônicas e línguas minorizadas. Diante disso, nossa discussão e análise se pautam por meio das seguintes perguntas: (1) De que maneira o *estallido social* e a poética mapuche funcionam como agenciamentos translíngues e gestos contrapedagógicos do contemporâneo?; (2) Como a perspectiva translíngue pode contribuir para uma educação linguística e literária críticas?

Sendo assim, nosso artigo se organiza a partir da seguinte maneira: na próxima seção discutiremos nosso dispositivo teórico-metodológico que se constitui a partir da análise de discurso de extração peuchetiana (AD) mobilizando de modo transdisciplinar debates pertinentes ao campo da glotopolítica e dos estudos translíngues e contrapedagógicos. Em seguida, abordaremos o contexto referente à eclosão do *estallido social* no Chile (2019-2020), no qual destacamos a participação do povo mapuche, realizando uma breve contextualização sociohistórica de tal etnia indígena, bem como sinalizando sua condição glotopolítica dentro da sociedade chilena, além de discorrermos acerca da literatura mapuche contemporânea. Por fim, seguiremos para as análises, observando materialidades linguístico-discursivas concernentes a: I. algumas imagens que compõem a paisagem linguística do *estallido social*; e II. um texto literário relativo à poética mapuche. Nas considerações finais, retomaremos nossos questionamentos, emitindo reflexões acerca dos caminhos vislumbrados.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Partindo de uma abordagem discursiva, consideramos discurso como uma prática inscrita na história, isto é, concerne a uma reflexão situada em um determinado período. Consequentemente, o discurso se fundamenta em uma conjuntura sócio-histórica definida e é atravessado por circunstâncias que remetem ao dizível. O discurso é também aquilo que não se diz, mas está na base do que se pode dizer. Enquanto área transdisciplinar, a análise de discurso (Orlandi, 2000), incita indagações provindas do marxismo, da psicanálise e da linguística, debruçando-se sobre o diálogo instituído entre a história, o sujeito e o discurso. É importante salientar que a *forma*, ou seja, a materialidade com que a abordagem discursiva trabalha é compreendida como linguístico-histórica, uma vez que é concebida como acontecimento da língua em um sujeito perpassado pela história. Neste artigo, interessa-nos a noção de memória

discursiva, entendida como um domínio dinamicamente móvel, um campo em que se desencadeiam enfrentamentos, tensões, contradições e regularidades. É a partir da memória que se tornam possíveis as condições do dizer, visto que tal conceito conforma regiões de cadeias estabilizadas que apoiam o saber discursivo. Estas cadeias discursivas também são possíveis de se reorganizar ao deslizar os sentidos e provocar rupturas, vinculando-se a novas formações discursivas que desembocam em novos efeitos de sentidos.

Já a glotopolítica discorre acerca das disposições políticas (explícitas ou não) que alteram a relação entre as sociedades e as línguas (Lagares, 2018; Guespin e Marcellesi; 2021 [1986]). Esta teoria se ocupa de toda e qualquer ligação que se vislumbra entre o social, o político e o linguístico, pensando os efeitos que reverberam sobre este último. O conceito de glotopolítica extrapola as políticas linguísticas e distribui-se ao longo de todo o corpo social, enquanto micropoderes descentralizados que emanam em todas as direções. Bourdieu (2008) reflete sobre a “língua legítima” como construto na qual a coerção é mascarada, atravessado por instrumentos ideológicos que trabalham na unificação do mercado linguístico e das diferentes variedades (de classe, região, etnia, etc.) a fim de que se subordinem à língua oficial, bem como ao seu uso prescritivo.

O conceito translinguismo, por sua vez, consiste em desfazer a ideia de que os usuários de uma língua mobilizam seus saberes linguístico-discursivos de maneira segregada. Pelo contrário, tal concepção defende o desenvolvimento de um repertório linguístico¹ indiviso, isto é, amalgamado, no qual os usuários de línguas se servem a depender do contexto para negociar e criar sentidos. O termo translinguagem – derivado do galês *trawsieithu* – surgiu a partir do contexto de educação galesa, nos anos 1990, em que se observava uma alternância entre o inglês e o galês, no âmbito pedagógico de ensino/aprendizagem desta última língua. A partir daí, salienta-se o caráter da (trans)linguagem enquanto uma prática dinâmica, adotando-se, portanto, a formulação *linguaging*, que, por se tratar de um verbo, demarca o traço de ação contínua².

Canagarajah (2011) e Wei (2011, 2018) entendem a translinguagem como as práticas fluídas e dinâmicas que transcendem as fronteiras das línguas nomeadas e de suas variedades. Concordamos que uma total pureza linguística não existe nem mesmo no interior das línguas nomeadas, já que o suposto falante monolíngue através de seu repertório realiza escolhas enunciativas que refletem sua inserção regional, social, estilística etc., a partir de uma pluralidade linguística que o singulariza. Wei (2011, 2018) compreende que o prefixo *trans-* agrega três princípios fundamentais à noção de translinguagem, são eles: transcendência, transformação e transdisciplinariedade. A transcendência diz respeito ao próprio caráter de ir além das fronteiras do monolingüismo, extrapolando os limites das línguas nomeadas. Isso não significa ignorar tais *named languages*, porém ultrapassá-las, não ficando entre (*between*), mas

¹ A translinguagem trabalha com a concepção de *repertórios*, que é um conceito básico da sociolinguística (cf. Prada e Nikula, 2018). Entendemos tais repertórios, partindo de uma abordagem discursiva, enquanto saberes linguístico-discursivos, que se imbricam e se tocam na natureza interativa/interacional do plurilingüismo, gerando novas configurações e efeitos de sentidos. Ditos saberes ancoram os conhecimentos dos sujeitos, que transitam *entre* e *além* das línguas. Desta forma, os repertórios, na qualidade de saberes, sustentam as condições de dizibilidade dos sujeitos, remetendo seus sentidos a formações discursivas a partir de uma dada conjuntura sociohistórica.

² Indagamo-nos se, na literatura em português, a adoção da formulação *translinguagear* não se mostraria mais pertinente ao caráter semântico e epistêmico incutido na noção de *translinguaging* migrando da noção de substantivo para a de verbo, com o objetivo de denotar uma ação, um processo de linguagem (cf. Wei, 2011). Um exemplo interessante nesse sentido é o trabalho de Del Valle (2020) que parece aproximar-se à noção de *translinguaging* por meio do neologismo *lenguajear*.

indo além (*beyond*); já a transformação refere-se à capacidade da translanguagem de produzir mudanças nas estruturas sociais, nos sujeitos e nas línguas; e, por fim, a transdisciplinariedade remete à pluralização de perspectivas, englobando uma variedade de disciplinas e áreas de conhecimentos, tais como linguística, psicologia, sociologia, educação, etc.

A esta perspectiva, Prada e Nikula (2018) e Rocha e Megale (2023) incorporam ainda a função de transgressão. Enquanto Prada e Nikula (2018) destacam a transgressão como um quarto elemento, salientando sua função de desestabilização de hierarquias e de caráter disruptivo, pensando na promoção da igualdade, da justiça social e da descentralização do monolinguismo como prática *standard*, Rocha e Megale (2023), por sua vez, pensam a transgressão como uma ampliação da própria função transformadora, já colocada por Wei (2011). Desta maneira, as autoras sinalizam a natureza contrahegemônica do translanguismo, no sentido de buscar valores, línguas e culturas que não logram do *status* de legitimidade, configurando-se como resistência ao *status quo* dominante. Neste horizonte, acreditamos que tal natureza transgressiva aproxima-se à noção de contrapedagogia (Segato, 2018) que mobilizamos neste artigo enquanto um gesto que atravessa e constitui as práticas translíngues.

Uma forma de trabalhar com a translanguagem é por meio da exploração das chamadas *linguistic landscapes* (paisagens linguísticas), que se configuram como materializações dessa prática no contexto sociocultural. A paisagem linguística (cf. Laundry e Bourhis, 1997; Cenoz e Gorter, 2008), grosso modo, “*refers to the visibility and salience of languages on public and commercial signs in a given territory or region*” (Laundry e Bourhis, 1997, p.24). Sendo assim, a noção de paisagem linguística, cultuada a partir de estudos sociolinguísticos, opera enquanto uma expressão das relações de poder que atravessam as comunidades linguísticas de dado território. Como materialidade linguístico-discursiva, entendemos a(s) língua(s)(gens) empregadas em sinais de trânsito, painéis publicitários (*outdoors*), nomes de rua, nomes de lugares, letreiros de lojas comerciais e de edifícios governamentais, dentre outros, que se articulam para compor a paisagem linguística de um determinado território, região, aglomeração urbana ou via pública. Dito conceito fornece subsídios acerca da composição sociocultural dos grupos identitários que habitam o território em questão, dando pistas de suas implicações glotopolíticas.

Landry e Bourhis (1997) observam, ao estudar a paisagem linguística no contexto canadense, que as sinalizações privadas – que englobam publicidade comercial em instituições, *outdoors* e transportes públicos, por exemplo – geralmente exibem um multilinguismo, o qual compreendemos como resultado da situação de contato e imbricação entre línguas e culturas, ao passo que a sinalização governamental – presente em sinais de trânsito, nomes de lugares e de ruas, inscrições em instituições e órgãos públicos, etc. – geralmente é monolíngue, no bojo das políticas linguísticas imputadas pelo Estado em direção à promoção da língua oficial e, portanto, nacional. Já Cenoz e Gorter (2008) ao examinarem a paisagem linguística no País Basco notam, nas ruas de Donostia-San Sebastián – em que as próprias formulações justapostas para nomear a cidade indiciam o contato basco-castelhano – uma presença dominante do castelhano, relatando que tal língua aparece em meio ao monolinguismo e ao plurilinguismo, tanto em sinalizações institucionais quanto privadas. Já o euskera (língua basca) aparece com frequência muito menor que o castelhano, conformando construções translíngues junto ao castelhano e outras línguas. Além disso, salienta-se que o euskera é mais predominante em sinalizações institucionais, figurando com caráter minoritário. Prada e Elola (2020), por outra parte, trabalham as paisagens linguísticas em um contexto educacional de ensino/aprendizagem de línguas. No âmbito

de um curso avançado de redação em espanhol em uma universidade nos EUA, os autores discutem tal noção em uma sala de aula mista – composta pelo que denominam aprendizes de espanhol como segunda língua e língua de herança. Neste sentido, os aprendizes deveriam explorar a paisagem linguística em língua espanhola de Lubbock, uma cidade localizada no oeste do Texas, com forte presença hispânica. Como resultado, os pesquisadores observam uma promoção da consciência crítica dos estudantes ao se darem conta da predominância do chamado *Spanglish* (construções translíngues entre o inglês e o espanhol) no espaço urbano texano em lugar do imaginário monolíngue – fomentado, sobretudo, pelo Estado estadunidense – em relação a ambas as línguas nomeadas.

3 *Estallido social chileno*

O *estallido social* é concebido como uma revolta popular que eclodiu nas ruas do Chile, sobretudo em Santiago, a partir de 18 de outubro de 2019. Os protestos se iniciaram como atos de repulsa, por parte de estudantes de ensino médio, em face do aumento na tarifa do metrô santiaguino, episódio conhecido como *evasión del metro*³ (Rivera-Aguilera, Imas e Jiménez-Díaz, 2021), avançando instantaneamente em direção a um movimento massivo que angariou diversos grupos identitários, sob o enunciado *no son 30 pesos, son 30 años* que se transformou em uma das insígnias das manifestações (Jiménez-Yañez, 2020). Os manifestantes demonstraram sua insatisfação contra o alto custo de vida representado pelo governo de Sebastián Piñera. Exigindo mudanças no modelo econômico neoliberal – herdado da ditadura pinochetista – milhares de pessoas, compondo uma diversidade étnica, social e sexual, tomaram as ruas, praças e principais locais de Santiago. Com o avançar das semanas, surgiram protestos em várias localidades do país.

Em pouco mais de um mês de reivindicações, uma modificação profunda se materializou na paisagem linguística (Laundry e Bourhis, 1997) de Santiago por meio de grafites ou *rayados*⁴ distribuídos em muros, praças, monumentos ou mesmo fachadas de prédios e estabelecimentos comerciais. Tais materialidades linguístico-discursivas revelam o tom imperativo e denunciador dos protestos, a saber: *Fuera Piñera, el pueblo dice basta de abusos, Wallmapu libre, Catrillanca presente, Newen al pueblo, Estado asesino, Resiste Chile, Marichiweu, Estado plurinacional, libertad al pueblo mapuche*, dentre outras.

Glotopoliticamente, tais formulações evidenciam conflitos nas relações sociais e de poder que convocam a novas linguagens e leituras. Deste modo, estas materializações, em meio a trânsitos entre línguas e linguagens, promovem uma rasura na discursividade de hegemonia do Estado (e, conseqüentemente, do construto monolíngue tido como língua oficial). Trata-se de gestos contra-hegemônicos que

³ A *evasión del metro* (evasão do metrô) é uma formulação enunciativa que ficou conhecida para se aludir à deflagração do *estallido social* no Chile fazendo referência aos protestos do movimento estudantil, que paralisaram a estação de metrô de Santiago, bloqueando catracas e se recusando ao pagamento da tarifa do metrô como forma de protesto ao aumento da passagem. Tal episódio, ocorrido nos primeiros dias de outubro, é considerado o inaugurador de uma série de manifestações que eclodiriam nas ruas dias depois.

⁴ Entendemos o grafite, coloquialmente conhecido nas áreas cênicas do Chile como *rayado* (Vásquez-Bustos, 2022), enquanto um gênero discursivo (Bakhtin, 2015 [1953/1979]) predominante nas áreas urbanas. Além disso, apresenta um caráter inerentemente transgressor, pois irrompe em lugares não legitimados e constitui, assim, uma atitude contrapedagógica em meio à clandestinidade. Também se configura como multimodal, uma vez que pode imbricar, em sua materialidade linguístico-discursiva, elementos verbais, icônicos e provenientes de ambientes digitais.

(re)fundam novas relações entre o linguístico e o social. Junto a Segato (2018), interpretamos os *rayados* como gestos contrapedagógicos, pois são capazes de resgatar uma sensibilidade e vincularidade, a fim de se contrapor às pressões de uma época e, sobretudo, ensinar a visualização de caminhos alternativos.

4 A etnia mapuche no Chile

4.1 (Breve) Contextualização sociohistórica

Como objeto de estudo focalizaremos a representação do povo mapuche no *estallido social*. Os mapuche são um povo indígena originário da área centro-sul da América. A formulação *mapuche* em *mapudungun* (língua mapuche) possui um sentido de *gente da terra*. Seu território em mapudungun é referenciado como *Wallmapu* que significa *terra ao redor*. O Wallmapu, em espanhol, é chamado de *Araucanía* e compreende extensões territoriais que abarcam as porções atuais do centro-sul do Chile. De acordo com o Censo de 2017, os mapuche representam a etnia mais numerosa dentre a população indígena (79,85%) abrangendo 12,8% da população chilena (Loncón, 2020). No entanto, a relação entre os povos originários e o Estado chileno sempre foi marcada por intensos conflitos desde a época colonial.

Historicamente, as políticas levadas a cabo pelo Estado sempre contribuíram para a situação de invisibilização dos indígenas através de práticas discursivas que cooperam para o genocídio, linguicídio e epistemicídio das culturas ancestrais. Uma dessas práticas se materializa mediante o enunciado *Pacificación de la Araucanía*. Apesar da formulação *pacificación* evocar um sentido de reconciliação, tal política tratou da ocupação militar da Aracaunía, levada a cabo durante os séculos XIX-XX. Dita política, materializada mediante violência militar para a desapropriação das terras, encontrava enunciativamente respaldo nas leis estabelecidas pelo Estado, que procurava criar um efeito de sentido de “legalidade” em relação às invasões militares às terras originárias (Vergara e Mellado, 2018). Esta conjuntura sócio-histórica nos remete à gestação e consolidação dos Estados-nações (Anderson, 2008) que implicam a assimilação do indígena à sociedade ocidental e sua transformação, por um lado, em cidadão e, por outro, a perda de seus direitos comunitários enquanto sujeito de uma cultura ancestral. Mediante esse paradigma, processa-se uma série de mudanças, dentre as quais destaca-se a obrigatoriedade do uso do idioma castelhano em detrimento do mapudungun.

A política do Estado-nação chileno converte a indivisibilidade da espacialidade, tal como a concebe a epistemologia indígena, em um complexo fronteiro, e, portanto, fracionado, a fim de que estes espaços possam se adequar politicamente aos projetos civilizatórios postos em marcha a partir do alçamento das fronteiras nacionais. Este *modus operandi* aciona a memória discursiva das chamadas “reduções”, engendradas pelos missionários durante os séculos XVI e XVII, na época do período colonial. Melià (1997) reflete sobre estas primeiras reduções, a partir do contexto paraguaio dos indígenas Guaraní:

El cambio en la vida civil [*de los indígenas*] tal como lo lleva a cabo el 'reductor', es una empresa totalizante que cambia las reglas del juego social (...) Contrariando la disposición tradicional de las aldeas, los misioneros lo destruyen todo (...) En efecto, el paso de un agrupamiento de cinco o seis familias o de un aldeamiento circular a una población de mil y más familias y a un pueblo tirado a cordel, dispuesto en cuadras, no es un cambio simplemente numérico ni externo: la estructura social es cambiada formalmente (...) Los dirigentes espirituales de los Guaraní comprendieron perfecta y exactamente que con la 'reducción' era la cultura guaraní misma la

que estaba en peligro (...) 'la libertad antigua veo que se pierde – decía uno de ellos –, de discurrir por valles y por selvas, porque estos sacerdotes extranjeros nos hacinan a pueblos, no para nuestro bien, sino para que oigamos la doctrina tan opuesta a los ritos y costumbres de nuestros antepasados (Melià, 1997, p.250).

Historicamente, as reduções configuraram-se como uma espécie de ordenação (territorial, social, cultural, econômica, religiosa, linguística...) das populações ameríndias convertidas ao cristianismo que possuíam administração estabelecida por missionários. A anexação da Araucanía à jurisdição chilena acarretou profundas modificações na sociedade mapuche. Como resultado, uma parcela dos mapuche foi transferida às reduções, que consistiam nas propriedades cedidas pelo governo. Este processo de deslocamento dos mapuche de seus lugares de origem – que rechaçava todo o vínculo cosmogônico dos indígenas com o seu território – ficou conhecido como “radicação” e designou a diminuição a 13% do território mapuche (Bengoa, 2014). De um vasto espaço, os mapuche se reduziram a pequenas propriedades, numa média de 6,5 hectares por indivíduo. Já a parcela de indígenas que não foi transferida às reduções se dispersou pelo país, migrando para as cidades. Com isso, o Estado chileno colocava em prática a implementação de políticas monolíngues em direção à castelhanização dos indígenas, desestimulando (ou mesmo proibindo) a educação linguística em mapudungun.

Diante desse cenário, os tensos embates entre o Estado e os indígenas perduram até os dias atuais. Basta mencionar que durante o governo Piñera houve uma intensificação da política estatal relativa ao *Desarrollo y la Paz en La Araucanía* com gastos públicos em treinamento de *carabineros* (polícia chilena) para atuarem militarmente na região e combaterem “o terrorismo”, de acordo com o discurso estatal. Tal confronto desembocou na morte do *comunero* mapuche Camilo Catrillanca, em novembro de 2018.

4.2 Condição glotopolítica

Vejamos o contexto da língua mapudungun e da cultura mapuche dentro da sociedade chilena contemporânea. Desde o fim da ditadura pinochetista (1973-1990), houve, destacadamente, um fortalecimento em torno da discursividade indígena no Chile. Assim, em 1990, há a criação do *Consejo de Todas las tierras (Aukiñ Wallmapu Ngulam)* destinado à reivindicação da autodeterminação do povo mapuche; em 1992 há a elaboração da bandeira (*Wenufoye*) que simboliza os mapuche, assim como todos os povos originários. Desde o âmbito estatal, há a promulgação da Lei 19.253 de 1993, conhecida comumente como “lei indígena”, que *establece normas sobre protección, fomento y desarrollo de los indígenas y crea la Corporación Nacional del Desarrollo Indígena – CONADI* (Chile, 1993).

Como consequência dessa lei, em 1996 o Ministério da Educação cria o *Programa de Educación Intercultural Bilingüe* (PEIB). Esta medida significou, pela primeira vez, o reconhecimento formal das línguas indígenas dentro do currículo escolar. Porém, tal inclusão se materializou mediante *talleres* (oficinas), o que lhe conferia o perfil de optativas. Além disso, sua incorporação ao sistema escolar se deu mediante certas condições que limitavam decisivamente sua difusão: segundo a lei, as disciplinas em línguas indígenas deveriam ser implementadas apenas em escolas que dispusessem de demanda de matrículas indígenas superior a 20%. Esta exigência, em realidade, balizava o ensino apenas às áreas rurais, como nas regiões mapuche de Alto

Biobío (VII Região) e da Araucanía (IX Região), uma vez que as áreas urbanas não atingem a porcentagem mínima estipulada por lei. Outros problemas levantados foram com relação ao caráter bilíngue apregoado por tal política linguística, pois apesar do signficante “intercultural”, tal proposta de educação não pressupunha todos os estudantes chilenos, mas apenas os indígenas. Portanto, não contemplava os alunos não indígenas que quisessem aprender mapudungun, por exemplo. Por outro lado, não havia uma modalidade “intracultural” que focalizasse o ensino da língua e cultura mapuche e de outros povos originários de modo mais profundo e situado.

Neste sentido, refletimos que a promoção de um ensino intercultural capaz de propiciar as interações entre indígenas e não indígenas e de integrar e valorizar potencialmente a educação das línguas nativas em todo o território nacional, de fato não aconteceu, verificando-se, em contrapartida, um ensino insuficiente, que ficava restrito às populações indígenas rurais, de modo que suas línguas continuavam segregadas curricularmente enquanto línguas minorizadas pelo Estado-nação (Loncón, 2010, 2020; Loncón e Ramay, 2016). No entanto, é importante ressaltar uma contradição que atravessa essas políticas linguísticas e que desvela o comportamento assimétrico do Estado em relação à promoção de línguas que não logram o *status* de “nacionais”: apesar de o Programa de Educação Intercultural Bilíngue não contemplar as áreas urbanas, são, justamente, nestes espaços em que se concentra a maior parte da população mapuche do Chile, com 37% residindo em Santiago e 34% em Temuco, segundo dados do Censo/2016 (Loncón e Castillo, 2018).

Nas condições de produção no tocante ao *estallido social* (2019-2020), outro episódio aguçou os ânimos entre o Estado e a comunidade mapuche no que tange às políticas linguísticas. Entre 2018 e 2019, o governo Piñera realizou uma consulta aos povos originários com vistas à implantação da disciplina *Lengua y Cultura de los Pueblos Indígenas*, que deveria ser inserida no currículo escolar destinado ao 1º e 6º ano do ensino básico (ensino primário). Desta maneira, as etnias indígenas que participaram da consulta concordaram com a implantação da disciplina, desde que esta se desse em *todos* os estabelecimentos escolares do Chile. Entretanto, o governo não aceitou modificar o critério que estabelece a demanda mínima de 20% com presença indígena. Como atitude responsiva a este ato, participantes mapuche de várias regiões se retiraram da consulta, divulgando um comunicado de repúdio no qual se destaca que tal gesto estatal “*va en desmedro del derecho lingüístico de las niñas y los niños, y de la revitalización de las lenguas originarias*” (Pueblo Mapuche, 2019). Outra ativista mapuche que também expressou seu descontento foi Elisa Loncón. Disse ela em seu perfil pessoal no *twitter* (atual plataforma *X*) à época do ocorrido: “*Pueblo mapuche no acepta que asignatura de lengua mapuche se le exija 20% de presencias indígenas mientras las otras asignaturas se dan sin exigencia de porcentajes*” (Loncón, 2019).

Medidas como essas materializam glotopolíticas que instalam um tensionamento entre língua nacional e línguas minorizadas – neste caso, o espanhol e as línguas indígenas, como o mapudungun, respectivamente – perpetuando disputas em torno do território que circunscreve os limites do Estado-nação e, ao mesmo tempo, corroborando a discrepância com relação ao tratamento das línguas originárias por parte do aparelho estatal. Destaquemos um último exemplo que materializa o conflito entre o castelhano *versus* as línguas indígenas. Em 2021, no contexto pós-estallido social – que resultou na inédita aprovação de uma Nova Assembleia Constituinte na qual participaram, pela primeira vez, líderes indígenas⁵ – uma política conservadora de

⁵ Salientamos que, apesar do clima de euforia e otimismo que o cenário chileno pós-estallido social representou, por conta das cadeiras conquistadas pelos povos originários no Novo Conselho Constituinte

extrema-direita, Teresa Marinovic, que fazia parte da Convenção Constituinte, disse o seguinte a respeito da *machi* mapuche Francisca Linconao, na ocasião de um discurso da ativista e política indígena: “*Constituyente Linconao hablando en mapudungun... sabe hablar en castellano pero no importa: no pierde la oportunidad de hacer show*” (Marinovic, 2021).

Expressões como essa demonstram não apenas a situação de minorização a que estão expostas as línguas indígenas dentro do Estado chileno, mas também as profundas concepções racistas e estereotipadas de que estas são objeto. Tal fala interdita violentamente o direito à plurinacionalidade e, por extensão, ao plurilinguismo da sociedade chilena, negando o direito aos povos originários de se expressarem em sua(s) própria(s) língua(s) em um local – Congresso Nacional – que representa simbólica e constitucionalmente o pacto social do Estado-nação. Igualar a enunciação em mapudungun a *hacer un show* – em que o significante *show* adquire pejorativamente um efeito de sentido de espetacularização do exotismo, para remeter a um estereótipo que comumente se atribui ao indígena – é reduzir seu valor enquanto língua, ao mesmo tempo em que se sinaliza que a constituinte mapuche *sabe hablar en castellano*, destacando-se, assim, o caráter assimilacionista protagonizado pela língua nacional, que, dentro da lógica do monolinguismo é a única que goza de *status* oficial, e, desse modo, seria a única autorizada a *ser falada* nesta arena política e no espaço público linguístico-nacional.

4.3 Discurso literário

Além da paisagem linguística referente ao *estallido social* chileno, nossa análise também abordará o discurso literário mapuche como materialidade linguístico-enunciativa atravessada por práticas translíngues e contrapedagógicas contemporâneas.

Conforme já aludimos, a partir da década de 1990, iniciou-se um processo de retomada da discursividade indígena em várias esferas. Neste contexto, a produção literária também se proliferou, sobretudo, a concernente à poética mapuche. Esta redescoberta provoca um deslizamento em relação ao paradigma canônico literário. Basta notar a recente concessão, pela primeira vez, do *Premio Nacional de Literatura* – considerada a mais alta premiação da literatura chilena – ao poeta mapuche Elicura Chihauilaf em setembro de 2020. Também cabe lembrar que Graciela Huinao foi a primeira mulher mapuche a ingressar na *Academia Chilena de la Lengua*, onde ocupa uma cadeira desde 2014.

Nesta revalorização, estabelecem-se diálogos entre as discursividades ancestrais e ocidentais, buscando o aprofundamento na compreensão da epistemologia mapuche. O pensamento *raki* é entendido como transcultural, uma vez que transita entre o mundo mapuche e o mundo *winka* (ocidental). Enquanto o *kimün* refere-se ao conhecimento mapuche tradicional, o *rakizuam* é o imaginário mapuche novo que surge a partir da instauração dos Estados-nações (Quidel Lincoleo, 2020). Como temática, a literatura mapuche focaliza a relação entre língua, território e identidade. Graciela Huinao em sua construção poética contempla as guerras travadas entre o Estado chileno

(composto em 2021 do qual Elisa Loncón foi presidente), em maio de 2023, o resultado da eleição acerca da composição político-partidária encarregada de redatar a Nova Constituição do país deu esmagadora vitória aos partidos de direita (34 das 51 cadeiras), restando para os partidos de esquerda 17 assentos, nos quais apenas 1 é ocupado por liderança indígena (Fonte: SERVEL, 2023). Cabe assinalar que o país é presidido, desde março de 2022, por Gabriel Boric, um líder de esquerda, com trajetória no movimento estudantil. Resta-nos indagar *o que* de fato mudará na Nova Carta Magna em relação à vigente de 1980 constituída em plena ditadura pinochetista.

e os mapuche. Interpretamos a hibridez textual que define a obra da poeta como reflexo da situação translíngue que afeta as literaturas indígenas, historicamente constituídas em meio a diversos tensionamentos entre línguas e culturas. A poesia de Huinao também atua como espaço de reconstrução dos territórios despojados, conectando-se aos relatos históricos orais (*ngütram*), contados por seus antepassados de uma geração para outra, que se misturam aos relatos fictícios (*niitrum*), em que incidem elementos míticos e mágicos (cf. Figueroa Verdugo, 2017, 2018; Niño, 2020).

5 Análises

A fim de desenvolvermos nossa análise, examinaremos de que maneira o *estallido social* (2019-2020) e a poética mapuche funcionam como agenciamentos translíngues e gestos contrapedagógicos do contemporâneo. Para tanto, aludamos, por ora, à paisagem linguística de Santiago do Chile à época do evento mencionado. Mais especificamente, examinaremos quatro imagens que remetem a pouco mais de um mês da eclosão da revolta popular. Tais fotografias fazem parte do projeto *La ciudad como texto*⁶ e foram registradas no 36º dia dos protestos, em 23 de novembro de 2019. Vejamos as imagens a seguir:

Figura 1 – *Estallido social* no Chile (2019) I



Fonte: <www.laciudadcomotexto.cl>

⁶ O projeto *La ciudad como texto* se destina à manutenção de uma memória relativa aos muros das ruas santiaguinas durante o *estallido social*. Tal produção linguístico-discursiva encontra-se disponibilizada no *website* <www.laciudadcomotexto.cl>, além de estar organizada em um livro eletrônico publicado gratuitamente (cf. Ureta Marín, 2020). A navegação pelo *website* permite-nos caminhar ao longo da alameda Santiago obtendo vistas panorâmicas da cidade, numa espécie de formato *street view*.

Figura 2 – Estallido social no Chile (2019) II



Fonte: <www.laciudadcomotexto.cl>

Figura 3 – Estallido social no Chile (2019) III



Fonte: <www.laciudadcomotexto.cl>

Figura 4 – Estallido social no Chile (2019) IV



Fonte: <www.laciudadcomotexto.cl>

Todas as imagens aludem à Avenida Libertador Bernardo O'Higgins, popularmente conhecida como *La Alameda*. Podemos observar, na Fig. 1, uma miscelânea de formulações, que se imbricam e se sobrepõem, as quais destacamos *Ke arda Chile neoliberal*, *Piñera el mayor evasor* e *Newen*, além de muitas outras materializadas mediante grafites (*rayados*) de variados tamanhos e cores. Também, junto aos enunciados gráficos, observamos os que se referem às quatro imagens de Camilo Catrillanca, o *comunero* mapuche que foi morto por *carabineros*, durante uma operação militar do governo Piñera em 2018 na região rural de Ercilla (Araucanía). A imagem do comunero, que se tornou um símbolo da resistência mapuche, foi amplamente propagada durante as manifestações do *estallido social*. Já na Fig. 2, selecionamos outras expressões que se mostram mais salientes, a saber: *Wallmapu libre*, *Estado asesino*, *el Mercurio sigue mintiendo*, *paco asesino*, dentre outras.

Estes enunciados dão o tom da composição plural da revolta, que além de contar com movimentos que protestam em prol de uma sociedade mais equânime e acessível socioeconomicamente, também deu voz a identidades sexuais e étnicas diversas, discriminadas sociohistoricamente, tais como, os grupos relativos às identidades LGBTQIA+, ao movimento feminista, além dos mapuche. Sendo assim, nos significantes realçados, podemos notar, paralelamente à rejeição ao neoliberalismo extremo efetuado pelo governo Piñera, críticas às mídias corporativas tradicionais, por meio do jornal *El Mercurio*. Tal periódico, que possui uma linha editorial conservadora, filiada à direita política, se configura como um dos maiores e mais antigos grupos jornalísticos do país, sendo reconhecido, inclusive, por seu apoio ao golpe de Estado de 1973.

A causa mapuche também se apresenta centralmente, seja pelas referências à violência de Estado em suas históricas políticas de pacificação da Araucanía, seja pela referência direta à atuação dos *carabineros* hodiernamente. Sendo assim, as expressões *Wallmapu libre* (que aparece três vezes), *Estado asesino* e *paco asesino* retomam essa violenta memória que alude aos conflitos travados entre o Estado chileno e os indígenas pela posse de terra, sobretudo, o povo mapuche. Vale sublinhar que a formulação *paco asesino* – em que o significante *paco*, no contexto sociopolítico chileno adquire um sentido pejorativo para designar o membro da polícia – pode fazer referência ainda à brutalidade policial protagonizada pelos *carabineros* durante as próprias manifestações do *estallido social*, que provocou lesões e perdas oculares em dezenas de manifestantes.

Nesta paisagem linguística, observamos ainda, ao lado das expressões em castelhano, a presença do mapudungun por meio de termos como *Newen* (força), que aparece na Fig. 1 de maneira destacada, além da própria expressão *Wallmapu libre*, já que o termo *Wallmapu* é o nome mapuche para designar o território da Araucanía. Essa situação de contato entre línguas também se constata na Fig. 3, através de outra construção translíngue: *newen al pueblo (esperanza)*, *rayado* realizado na porta do *Subway*, uma cadeia norte-americana de *fast foods*. Neste sentido, tal construto translíngue ainda adquire um efeito de sentido revolucionário que remete a uma ideia de demarcação/afirmação da plurinacionalidade chilena frente ao inglês, que representa, neste contexto, a língua econômica do empresariado neoliberal.

Na Fig. 3 ressaltamos ainda o enunciado *La paca no es compañera* grafado em rosa na parte superior da parada de ônibus Santa Lucía, em que observamos um atravessamento do discurso feminista. Assim, embora o indivíduo seja mulher, porém, antes é *paca*, ou seja, está filiada à formação discursiva policial-militar e, sendo assim, não é *compañera*, utilizando-se, desse modo, um significante que comumente é empregado entre militantes de movimentos sociais à esquerda. No tocante à paisagem linguística da Fig. 4, além dos efeitos de sentidos de resistência, rebeldia e revolução

social, gerado em meio a expressões que revelam gestos de ruptura em relação ao governo e ao cenário do *status quo* vigentes, a saber, *gobierno asesino, ni paco, ni milico, rebeldia, los pacos violan, lucha, milicos asesinos*, salientamos também a rasura do numeral 9, simbolizando um apagamento do número do prédio (199) em que se deram os *rayados*, e a adição, no lugar, do número 73 formando o enunciado 1973. Tal formulação evoca a memória discursiva relativa ao ano da instauração da ditadura militar chilena (1973-1990), resgatando, desse modo, a época do governo de Augusto Pinochet, com forte repressão simbólica e física aos direitos democráticos, para ressignificar, assim, o Chile contemporâneo sob o governo de Sebastián Piñera.

Por fim, cabe assinalar que os grafites que compõem a paisagem linguística das Fig. 1 e 2 foram realizados nos muros da construção referente à *Pontificia Universidad Católica* (PUC) do Chile. Tal instituição – tradicionalmente destinada à formação intelectual das elites – representa, dentro desse cenário, a mercantilização da educação como símbolo pungente do neoliberalismo chileno, aprofundando ainda mais, dessa forma, as já desiguais relações sociais no que tange à democratização do ensino superior, bem como ao alto custo de vida, representado, de maneira geral, pela terceirização de serviços essenciais, como saúde e educação. Neste sentido, ao insurgir contra a ordem social vigente por meio de agenciamentos translíngues, o *estallido social* funciona enquanto

una contrapedagogía del poder y, por lo tanto, una contra-pedagogía del patriarcado, porque ella se contrapone a los elementos distintivos del orden patriarcal: mandato de masculinidad, corporativismo masculino, baja empatía, crueldad, insensibilidad, burocratismo, distanciamiento, tecnocracia, formalidad, universalidad, desarraigo, desensibilización, limitada vincularidad. El patriarcado (...) es la primera pedagogía de poder y expropiación de valor, tanto en una escala filogenética como ontogenética: es la primera lección de jerarquía, aunque la estructura de esa jerarquía haya ido mutando en la historia (Segato, 2018, p.15).

Desta maneira, no *estallido social*, o Chile *lenguajea*, nas palavras de Del Valle (2020), materializando uma translinguagem que é sobretudo transgressora e que provoca rupturas e reconfigurações substanciais na paisagem linguístico-discursiva. A fim de seguirmos nossa reflexão sobre translinguagem e contrapedagogia, analisemos a seguir um breve poema de Graciela Huinao a modo de materialização da poética mapuche:

ELTUN
(Cementerio indígena)

TRASPASÉ EL UMBRAL DE LA HISTORIA
DE LOS QUE ALLÍ DUERMEN
EN MIS MANOS.

(Huinao, p.29, 2006)

Com título em mapudungun (“eltun”) seguido de sua tradução em espanhol (“cementerio indígena”), o eu-lírico inicia seu poema relatando que atravessou a passagem (“el umbral”) da história dos que ali “dormem”. Deste modo, podemos entender, nesses dois primeiros versos, que a poeta ultrapassou o destino trágico de seus antepassados mapuche que ali jazem, metaforizando sua sobrevivência, isto é, seu “ir

além” enquanto representante de uma etnia indígena que foi sociohistoricamente exterminada por políticas implícitas e explícitas de genocídio levadas a cabo pelo Estado chileno. Neste sentido, podemos contextualizar tais versos com a própria trajetória pessoal de Graciela Huinao, que se tornou uma reconhecida poeta e escritora *huilliche* integrando a composição da *Academia Chilena de la Lengua*, a partir de 2014, como a primeira mulher mapuche e, portanto, logrando uma sina *bem diferente* da maioria de seus conterrâneos.

Além disso, o prefixo trans- em “transpasé” sinaliza essa condição transcultural e translíngua, que é sua marca identitária, de estar transitando constantemente entre distintas línguas, culturas, epistemologias e cosmovisões. O significante “umbral” ainda pode adquirir um efeito de sentido de sobrenatural, comumente associado a visões espirituais que concebem tal noção como uma espécie de portal entre o mundo dos vivos e o dos mortos, ou seja, entre o mundo físico e o mundo espiritual. Neste aspecto, o termo mapuche “eltun” reforça este sentido místico e mágico de sugerir um mergulho sobrenatural nas profundezas da cultura ancestral.

A situação de marginalização dos indígenas pode ser expressa através do significante “los”, no verso “de los que allí duermen”, que generaliza, desidentifica e indetermina seus antepassados, historicamente silenciados. O último verso “en mis manos” simboliza a proteção e o cuidado da voz poética no que tange aos seus antepassados e à sua cultura ancestral, levando-os consigo em sua memória e incorporando-os como integrantes de sua constituição identitária. Cabe mencionar a disposição espacial do texto literário na criação do efeito poético. A narrativa breve, lacônica, disposta em letras maiúsculas, acentua a temática lúgubre já sugerida por meio do título. Enquanto a tipografia alcança um efeito de intensidade, parecendo ampliar seu impacto, o eu-lírico imerge na profundidade deste cemitério cheio de histórias marginalizadas que simbolizam sua origem ancestral.

Deste modo, apesar de ter transpassado esse “eltun”, a poeta simultaneamente o carrega em suas mãos, já que não pode perdê-lo, tampouco abandoná-lo, como uma marca identitária de sua poética transcultural e translíngua que permanece se reconfigurando e “hilando en la memoria” enquanto um gesto contrapedagógico de ruptura com o paradigma monolíngua e canônico literário preconizado historicamente pelo Estado chileno.

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discutir, por meio de uma abordagem glotopolítica, de que modo o *estallido social* e a poética mapuche contemporânea materializam tensões entre língua nacional e línguas indígenas. Retomando a primeira pergunta lançada em nossa introdução – de que maneira o *estallido social* e a poética mapuche funcionam como agenciamentos translíngues e gestos contrapedagógicos do contemporâneo? –, entendemos, através da análise desenvolvida, que tanto o evento supracitado quanto a literatura indígena enfocada ao colocarem em circulação novas línguas e linguagens por meio de dinâmicas translíngues e transculturais promovem um abalo no monolinguismo legitimado pelo Estado-nação configurando gestos contrapedagógicos que entabulam novas vinculações entre o linguístico e o social. Neste horizonte, argumentamos em favor de um debate crítico e desconstrutor em torno ao protótipo de língua nacional cuja hegemonia, se associa, de forma naturalizada, a uma concepção de língua homogênea, pura e isolada, negando-se, em contrapartida, tanto

sua natureza plural, interativa (com outras línguas e variedades) e disruptiva, marcada pela contradição e pelo equívoco, quanto seu atravessamento pelas relações de poder.

Desta forma – resgatando nossa segunda pergunta: como a perspectiva translíngue pode contribuir para uma educação linguística e literária críticas? –, defendemos a necessidade de se pensar esses aspectos translíngues presentes em movimentos sociais e em poéticas anticanônicas hodiernas no âmbito de um ensino/aprendizagem de línguas e literaturas crítico-reflexivo. Acreditamos que debates – promovidos por agentes das esferas acadêmica e pedagógica – em direção à natureza do translanguismo enquanto uma dinâmica que coloca em circulação novas configurações e efeitos de sentido(s) podem colaborar com o enfraquecimento de concepções epistemológicas que contemplam redutoramente situações de contato entre língua(gens) e culturas como “interferências” e “erros” ao advogar em torno de uma “pureza linguística”. Além disso, a discussão de poéticas translíngues e transculturais modernas favorece o deslizamento do cânone literário, marcado historicamente pelo silenciamento e estigmatização de diferentes vozes, línguas e variedades linguísticas.

Considerando ainda o âmbito do ensino/aprendizagem de línguas e literaturas, concordamos com Canagarajah (2011) quando o estudioso critica os processos de letramento que interdita o translanguismo na modalidade escrita, relativizando sua prática apenas a contextos orais. Assim, a translanguagem em contextos educacionais quando permitida, costuma se dar em interações orais em sala de aula, por meio de conversas entre estudantes e grupos de trabalho, no entanto, no que tange à escrita, entendida como uma modalidade mais formal e padronizada, tal atividade dinamicamente fluída é comum e fortemente cerceada. Diante de tal cenário, refletimos que a perspectiva translíngue, enquanto postura de (contra)pedagogia, pode oportunizar um desenvolvimento de uma educação linguística e literária crítica na medida em que dá ensejo ao questionamento (com sua eventual dissolução) do paradigma monolíngue e canônico literário.

Defendemos, portanto, o deslocamento do contexto de movimentos sociais e de poéticas historicamente estigmatizadas – as quais materializamos neste artigo através do evento sociopolítico conhecido como *estallido* social chileno e da poética mapuche – para o campo de reflexões acerca da educação linguística e literária. Pensamos que tal *deslizamento* seja relevante para os estudos relacionados ao ensino linguístico-literário uma vez que nos propicia discutir acerca do papel glotopolítico da educação, sobretudo, no âmbito das relações translíngues entre a língua oficial e a(s) língua(s) originária(s) no contexto do ensino/aprendizagem, enxergando, por meio dessas práticas, língua e literatura como construtos que são intrinsecamente atravessados por relações de poder demarcadas sociohistoricamente. Desta forma, partindo de uma concepção discursiva de que não há linguagem neutra, tampouco transparente, entendemos que toda língua é ideológica, sendo assim, configura um ato (gloto)político. Contemplar tal relevância permite combater uma educação homogeneizadora que ao não questionar o *status quo* se desvincula da inerente criticidade e complexidade reflexiva.

Referência

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal** [1953/1979]. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BENGOA, J. **Mapuche y el Estado Nacional**. Santiago de Chile: Catalonia, 2014.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Trad. S. Miceli et. al. São Paulo: Edusp, 2008.

CANAGARAJAH, S. Translanguaging in the classroom: Emerging issues for research and pedagogy. **Applied Linguistics Review**, vol. 2, pp. 1-28, 2011.

CENOZ, J.; GORTER, D. **El estudio del paisaje lingüístico**. 2008. Artigo *online* disponibilizado no portal Euskadi.eus. Disponível em <https://www.euskadi.eus/gobierno-vasco/contenidos/informacion/artik22_1_cenoz_08_03/es_cenoz/artik22_1_cenoz_08_03.html>. Acesso em: 24 mai. 2024.

CHILE, Ministerio de Planificación y Cooperación. **Ley Indígena**, nº 19.253. Santiago, 1993. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30620>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

DEL VALLE, J. Chile lenguajea. Paisaje glotopolítico del estallido. **AGlo. Anuario de glotopolítica**, n. 3, p.175-182, 2020.

FIGUEROA VERDUGO, D. **Poéticas Mapuche: Lecturas interculturales de la poesía mapuche actual**. Concepción, 2017. 247f. Tesis (Doctorado en Literatura Latinoamericana) – Postgrado en Literatura Latinoamericana, Universidad de Concepción, Chile.

FIGUEROA VERDUGO, D. El humor en la narrativa de Graciela Huinao. **Acta literaria**, Concepción, n. 56, p. 91-110, 2018.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Defesa da Glotopolítica (1986). In: SAVEDRA, M.; PEREIRA, T. C.; LAGARES, X. C. (orgs.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021, p.11-50.

HUINAO, G. Eltun. In: FALABELLA, S.; HUINAO, G; RAMAY, A. (orgs). **Hilando en la memoria. Siete mujeres mapuche**. *Poesía*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2006, p.29.

JIMÉNEZ-YAÑEZ, C. #Chiledespertó: causas del estallido social en Chile. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, n. 4, p.949-957, 2020.

LAGARES, X. **Qual Política Linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. Linguistic Landscape and Ethnolinguistic Vitality: An Empirical Study. **Journal of Language and Social Psychology**, vol. 16, n.1, p.23-49, 1997.

LONCÓN, E. Derechos educativos y lingüísticos de los pueblos indígenas de Chile. **Revista ISEES (Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior)**, [S.l.], n. 7, p.79-94, 2010.

LONCÓN, E. Publicação no **twitter**, 28 de março de 2019. Disponível em <<https://twitter.com/ElisaLoncon/status/1111370912849252353>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

LONCÓN, E. El despertar de la lengua mapuzugun en el proceso constituyente y la descolonización del pensamiento del pueblo de Chile. In: NAMUNCURA, D. *et al.* **Wallmapu – Ensayos sobre plurinacionalidad y nueva constitución**. Santiago: Pehuén Editores S.A, 2020, p.209-220.

LONCÓN, E.; RAMAY, A. Construyendo valor cultural: Gimnasia Nacional (1914) de Manuel Manquilef y la educación intercultural en Chile. **ALPHA: Revista de Artes, Letras y Filosofía**, [S.l.], n.42, p.273-284, 2016.

LONCÓN, E.; CASTILLO, S. Neologismos en mapuzugun: palabras creadas en un proceso de enseñanza y de aprendizaje. **Literatura y lingüística**, Santiago, n.38, p.195-212, 2018.

MARINOVIC, T. Publicação no **twitter**, 20 de julho de 2021. Disponível em: <https://twitter.com/tere_marinovic/status/1417494348476862468>. Acesso em: 24 mai. 2024.

MELIÀ, B. Conquistar la lengua guaraní / El guaraní y su reducción literaria. In: **El guaraní conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria**. Asunción: CEADUC, 1997, p. 249-271.

NIÑO, Y. J. Graciela Huinao y la poesía mapuche: la frontera como marca. **El jardín de los poetas. Revista de teoría y crítica de poesía latinoamericana**, Año VII, n. 12, p.88-103, 2020.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Ponte, 2000.

PRADA, J.; NIKULA, T. Introduction to the special issue: On the transgressive nature of translanguaging pedagogies. **EuroAmerican Journal of Applied Linguistics and Languages**, Vol. 5, n.2, p.1-7, 2018.

PRADA, J.; ELOLA, I. Developing Critical Sociolinguistic Awareness Through Linguistic Landscapes in a Mixed Classroom: The Case of Spanish in Texas. In: Malinowski, D., Maxim, H.H., Dubreil, S. (eds) **Language Teaching in the Linguistic Landscape**. Educational Linguistics, vol 49. Springer, p.223-250, 2020.

PUEBLO MAPUCHE, **Comunicado de prensa**, Santiago, 28 de marzo de 2019. Disponível em <<https://radiokurruf.org/2019/03/28/audio-comunicado-pueblo-mapuche-se-retira-de-consulta-nacional-sobre-bases-curriculares-en-lengua-indigena-por-negativa-del-gobierno-a-impartir-en-todos-los-establecimientos-del-pais/>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

QUIDEL LINCOLEO, J. Mundos y epistemologías en resistencias: el caso del Pueblo Mapuche. **CUHSO**, Temuco, v. 30, n. 1, p. 221-232, 2020.

RIVERA-AGUILERA, G.; IMAS, M.; JIMÉNEZ-DÍAZ, L. Jóvenes, multitud y estallido social en Chile. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Vol. 19, n.2, p.1-23, 2021.

ROCHA, C. H.; MEGALE, A. H. Translinguagem e seus atravessamentos: da história, dos entendimentos e das possibilidades para descolonizar a educação linguística contemporânea, PUC-SP: **DELTA: Documentação De Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada**, Vol. 39, n. 2, p.1-32, 2023.

SEGATO, R. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Elección Consejo Constitucional 2023**. Disponível em <
https://preliminares2023.servel.cl/#/votacion/elecciones_consejo_gen/pais/8056>
Acesso em: 24 mai. 2024.

SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Elección Consejo Constitucional Indígena 2023**. Disponível em <
https://preliminares2023.servel.cl/#/votacion/elecciones_consejo_ind/pais/8056>
Acesso em: 24 mai. 2024.

VÁSQUEZ-BUSTOS, V. P. La protesta es una guerra: un análisis de grafitis referidos a la protesta social en Chile desde la metáfora conceptual. **Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura**, vol. 32, n.1, p.173-190, 2022.

VERGARA, J. I.; MELADO, H. La violencia política estatal contra el Pueblo-Nación Mapuche durante la conquista tardía de la Araucanía y el proceso de la radicación (Chile, 1850-1929). **Diálogo Andino** [online], Arica, n. 55, p.5-17, 2018.

WEI, L. Moment analysis and translanguaging space: discursive construction of identities by multilingual Chinese youth in Britain. **Journal of Pragmatics**, n. 43, vol. 5, p.1222-1235, 2011.

WEI, L. Translanguaging as a Practical Theory of Language, **Applied Linguistics**, vol. 39, Issue 1, p.9-30, 2018.

URETA MARÍN, C. **La ciudad como texto**. Exemplar digital. Publicação gratuita. Santiago, Chile, 2020. Disponível em <www.laciudadcomotexto.cl> Acesso em: 24 mai. 2024.